

Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Relatório da Administração

A Superlógica Sociedade de Crédito Direto S/A ("Superlógica SCD") é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com o objetivo de estruturar a operação regulada conforme normas do Bacen. Em 2022, foi implantado parte dos sistemas e a infraestrutura necessária para integrar essa instituição à Rede do Sistema Financeiro Nacional.

Destaques Financeiros

No primeiro semestre de 2024, a Superlógica SCD apresentou uma Receita de intermediação financeira de R\$ 23,2 milhões, com Lucro líquido de R\$ 2,5 milhões.

A SCD iniciou as operações em 29 de agosto de 2022 com as seguintes atividades:

- Pagamentos de boletos (DDA)
- Registro de boletos (CIP/NPC/PCR)
- Liquidação de boletos (CIP e SILOC)
- TED
- Compra e venda de títulos
- Operações compromissadas

Durante o primeiro semestre de 2024, estamos aumentando o portfólio de produtos em operação, consequentemente aumentando nossa carteira de clientes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Superlógica SCD”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Superlógica SCD, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 8, nº 9, nº 18 e nº 19 às demonstrações financeiras, as quais indicam que a Superlógica SCD mantém transações e saldos em montantes significativos com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores comparativos de 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras da Superlógica SCD referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios do auditor em 14 de agosto de 2023 e 04 de março de 2024, respectivamente, com opiniões sem modificações sobre essas demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Superlógica SCD é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Superlógica SCD continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Superlógica SCD ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Superlógica SCD.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Superlógica SCD. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Superlógica SCD a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Victor Vinicius Zanetin Zavagli
Contador
CRC nº 1 SP 289692/O-4

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023****(em Reais mil)**

ATIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades	5	5.265	5.937	Depósitos	9	301.564	270.699
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	5	-	59.008	Impostos e contribuições a recolher	10	760	774
Títulos e valores mobiliários	6	228.115	216.786	Obrigações trabalhistas a pagar	11	730	537
Adiantamentos	7	98	16	Contas a pagar	8	1.920	2.415
Outros Créditos		38	-	Outros passivos	12	624	677
Total circulante		233.516	281.747	Total circulante		305.598	275.102
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Títulos e valores mobiliários	6	80.896	-	Capital social	14 (a)	4.100	4.100
Total não circulante		80.896	-	Reserva legal	14 (c)	287	164
				Reserva de lucros	14 (c)	2.090	2.090
				Dividendos a Distribuir	14 (d)	-	291
				Lucros acumulados		2.335	-
				Total Patrimônio Líquido		8.812	6.645
TOTAL ATIVO		314.412	281.747	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		314.412	281.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(em Reais mil, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	23.171	8.578
RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		23.171	8.578
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas de pessoal	19	(1.825)	(1.373)
Despesas gerais e administrativas	19	(6.854)	(2.727)
Despesas operacionais	19	(10.706)	(1.630)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		3.786	2.848
Despesas financeiras	20	(134)	(293)
Receitas financeiras	20	78	89
Resultado financeiro		(56)	(204)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.730	2.643
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social correntes	10 (a)	(1.272)	(1.026)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		2.458	1.617
Lucro por lote de mil ações em R\$		0,60	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(em Reais mil)**

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	2.458	1.617
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE	<u>2.458</u>	<u>1.617</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(em Reais mil)**

	Nota	Reserva de lucros			Juros sobre o capital próprio	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		4.100	53	3	-	(1.031)	3.124
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	1.617	1.617
Constituição Reserva Legal		-	-	81	-	(81)	-
EM 30 DE JUNHO DE 2023		4.100	53	84	-	505	4.741
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		4.100	2.090	165	291	-	6.645
Juros sobre o capital próprio	14 (d)	-	-	-	(291)	-	(291)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	2.458	2.458
Constituição Reserva Legal	14 (c)	-	-	123	-	(123)	-
EM 30 DE JUNHO DE 2024		4.100	2.090	287	-	2.335	8.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPERLÓGICA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(em Reais mil)**

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.730	2.643
AJUSTE AO LUCRO LÍQUIDO			
Provisão de IRPJ e CSLL		(1.272)	-
VARIAÇÕES NO ATIVO E PASSIVO			
Tributos a recuperar		-	(47)
Outros ativos		(38)	(142)
Depósitos e demais instrumentos financeiros	9	30.865	121.687
Redução (aumento) em instrumentos financeiros ativos	6	(92.225)	-
Obrigações Tributárias	10	1.329	109
Obrigações trabalhistas	11	193	262
Outros Passivos		(52)	40
Adiantamentos	7	(82)	(152)
Contas a pagar partes relacionadas	8	(495)	2.018
Pagamento de IRPJ e CSLL	10 (a)	(1.343)	(989)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(59.389)	125.429
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos		(291)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(291)	-
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(59.680)	125.429
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa inicial	5	64.945	87.444
Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa final	5	5.265	212.873
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(59.680)	125.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Superlógica Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Superlógica SCD”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Alameda Rio Negro, nº 585, Bloco B, 3º andar, conjunto 32, no bairro Alphaville Industrial, no Estado de São Paulo, tendo sua aprovação junto ao Banco Central do Brasil (“Bacen”) em 30 de julho de 2021 e seu registro deferido na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 21 de setembro de 2021.

A Companhia é controlada pela Superlógica Tecnologias S.A (“Grupo Superlógica”), empresa nacional que detém 99,99% das ações da Companhia.

A Superlógica SCD tem por objetivo a realização de operações de empréstimo, de financiamento com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e oferta de conta de pagamento e emissão de moeda eletrônica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração financeira da Companhia foi aprovada pela Administração em 30 de agosto de 2024.

A Administração considera que a Companhia detém recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Mensuração do valor justo de ativos financeiros, vide nota explicativa 6.

b. Passivos contingentes

Contingências incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, premissas e julgamentos que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Em 30 de junho de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhum passivo contingente identificado.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente.

a. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* de instituições financeiras de primeira linha. Representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de curto prazo que possuam alta liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aquisição, é igual ou inferior a 90 dias. Apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se à aplicação em Letras do Tesouro Nacional realizada. Vide nota explicativa 5(b).

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- i) Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- ii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

- iii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira dessas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução Bacen nº 4.277/13.

d. Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura

I. Resolução CMN nº 4.966/21 – Instrumentos financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/23, estabelece novos conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em complemento à Resolução CMN nº 4.966/21, foi publicada a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, que revogou a Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros.

A Companhia está acompanhando o processo de adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 e não espera ter impactos relevantes em sua demonstração financeira com a adoção desta norma.

II. Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores - Arrendamento

Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2), que traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera ter impactos relevantes em sua demonstração financeira com a adoção desta norma.

III. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração.

e. Depósitos

Os depósitos representam os recursos mantidos por clientes em contas de liquidação, os quais estão disponíveis para saque imediato sem a incidência de qualquer tipo de remuneração.

f. Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira da Companhia compreendem: (i) resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez; (ii) receita de tarifas bancárias cobradas de clientes e interbancárias; (iii) receita de custos de boletos.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia acumulou R\$ 25.378 de receitas de intermediação financeira, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: (i) receita e despesas de juros; (ii) despesas bancárias; (iii) ganhos e perdas com aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários; e (iv) impostos sobre operações financeiras. Vide Nota Explicativa nº 18.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro: (i) ao valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

h. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% de imposto de renda e 9% de contribuição social, acrescidas do adicional de 10% de imposto de renda sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no ano.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos, especificamente nos casos em que antecipações de pagamentos podem e devem ser utilizadas na apuração líquida do saldo remanescente a pagar dos referidos impostos antecipados.

i. Capital social

Ações

A Companhia possui ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Não há ações em tesouraria e ações preferenciais emitidas.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

I. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa. Em 30 de junho de 2024 não houve resultado classificado como não recorrente.

5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2024	31/12/2023
Contas correntes em moeda nacional (a)	5.265	5.937
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	-	59.008
	5.265	64.945

a) Contas correntes em moeda nacional: Os valores representam moeda em caixa em conta bancária, bem como recursos que possuem características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata concentradas em bancos comerciais de primeira linha

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez: são aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos LFT, LTN e NTN, apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e seu valor justo (nível 2) se aproxima do seu valor de custo atualizado, devido ao vencimento ser de D+1 dia, os quais estão vinculados aos saldos de depósitos descritos na nota 8.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia possui operações nos títulos LFT apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com vencimentos em 01/09/2024, 01/03/2025 e 01/09/2027, os quais estão vinculados aos saldos de depósitos descritos na nota explicativa 8, conforme disposto na Resolução BCB Nº 80, de 25 de março de 2021.

Títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	31/12/2023
Letras do tesouro nacional (a)	309.011	216.786
	309.011	216.786

a) Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Títulos para negociação	Valor de custo amortizado	Valor de Mercado	Até 1 ano	de 1 a 2 anos
Títulos livres				
Letras Financeiras do Tesouro	309.011	309.011	228.044	80.896
Saldo total em junho de 2024	309.011	309.011	228.044	80.896

Títulos para negociação	Valor de custo amortizado	Valor de Mercado	Até 1 ano
Títulos livres			
Letras Financeiras do Tesouro	216.786	216.786	216.786
Saldo total em dezembro 2023	216.786	216.786	216.786

7. ADIANTAMENTOS

A Companhia realiza alguns adiantamentos para colaboradores referente a vale refeição e vale alimentação. Em 30 de junho de 2024, o montante adiantado era de R\$98 (R\$16 em 31 de dezembro de 2023).

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Operações entre empresas do Grupo (*intercompany*)

A Companhia é parte do grupo econômico que possui a Superlógica Tecnologias S.A. ("Grupo Superlógica") como controladora.

Durante o ano, a Superlógica realiza atividades administrativas em favor de todas as empresas do mesmo grupo econômico, cujos custos e despesas são compartilhados entre todas as empresas. Após apuração mensal, os valores são reembolsados para a controladora por meio de nota de débito.

A seguir estão demonstrados os valores transacionados durante os anos de 2024 e 2023:

	30/06/2024	31/12/2023
Contas a pagar		
Superlógica Tecnologias S.A.	1.860	2.409
PJBANK Pagamentos S.A.	40	6
Gruvi Tecnologias S.A.	1	-
MDR Cobranças Ltda.	18	-
Webagile Tecnologia Ltda.	1	-
	1.920	2.415

b. Depósitos

Saldo em conta de pagamento das demais empresas do Grupo na Companhia.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PJBank Pagamentos S.A.	84.845	67.911
Superlógica Tecnologias S.A.	116.057	134.434
MDR Cobranças Ltda.	2.193	1.661
Gruvi Tecnologias S.A.	140	7
Webagile Tecnologia Ltda.	60	65
	<u>203.295</u>	<u>204.077</u>

c. Receitas e despesas entre empresas

Receitas com emissão e liquidação de boletos

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
PJBank Pagamentos S.A.	10.155	960
	<u>10.155</u>	<u>960</u>

Despesas administrativas rateadas

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Superlógica Tecnologias S.A.	(4.908)	(593)
	<u>(4.908)</u>	<u>(593)</u>

9. DEPÓSITOS

A Companhia mantém registrado em seu passivo o saldo de contas de clientes, relacionadas a contas de pagamento pré-pagas que se assemelham a contas de depósito à vista no seu funcionamento, sem remuneração, parte do valor está em partes relacionadas conforme nota 8(b).

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo conta de clientes	301.564	270.699
	<u>301.564</u>	<u>270.699</u>

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRPJ a pagar (a)	216	268
CSLL a pagar (a)	78	97
ISS, PIS e COFINS a recolher	390	334
Impostos retidos a recolher	75	76
	<u>760</u>	<u>774</u>

a) IRPJ e CSLL – Valores reconhecidos no resultado do período

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	3.730	2.643
Alíquota fiscal combinada	34%	41%
	1.268	1.083
Outros	4	(58)
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do período	1.272	1.026

b) Subvenções governamentais

A Companhia não possui subvenções governamentais.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de férias e 13º salário a pagar	408	236
Salários a pagar	108	82
INSS a recolher	57	48
FGTS a recolher	35	17
Bônus a pagar	122	154
	730	537

12. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais a pagar	624	677
	624	677

13. OPERAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

I. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários e benefícios de mercado. Os pagamentos são efetuados diretamente pela controladora Superlógica Tecnologias S.A. e repassados para as demais empresas do Grupo por meio de rateio de despesas.

II. Principais transações com o pessoal-chave da Administração

Não há transações relevantes envolvendo o pessoal-chave da Administração para o período de 30 de junho de 2024 e 2023.

14. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a. Capital social

O quadro societário da Companhia em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está demonstrado conforme abaixo:

SCD S. A	Qtd. Ações (Mil)	R\$ mil	%
Superlógica Tecnologias Ltda.	4.099.590	4.100	99,99%
Carlos Henrique Cera	410	-	0,01%
Capital Social	4.100.000	4.100	100%

b. Ações ordinárias e preferenciais

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações preferenciais.

c. Natureza e propósito das reservas

i) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída obrigatoriamente para empresas de sociedade anônima à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social quando então deixará de ser acrescida; ou poderá, a critério da Empresa, deixar de receber créditos, quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das Reservas de Capital, atingir 30% do capital social. Em 30 de junho de 2024 a companhia constituiu reserva legal no valor de 123.

ii) Ações em tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina em seu art. 21 a distribuição de dividendos anuais em pelo menos 1% do resultado do período, ajustado a forma da lei, diminuído ou acrescido da importância destinada à formação de reserva legal nos termos do art. 22, inciso II da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

15. CONTINGÊNCIAS

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possui 1 processo cível no polo passivo, classificado como perda provável no montante de R\$ 12. A administração utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, em consonância com os preceitos do CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Cabe esclarecer que, conforme CPC mencionado acima, a Companhia não constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e remota.

16. GERENCIAMENTO DO CAPITAL

A política da Administração é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

17. GERENCIAMENTO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco proveniente das contas a receber de clientes é nulo dado o momento do reconhecimento de suas receitas.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Análise regulatória

A Companhia se enquadra nos limites estabelecidos da Resolução nº 4.606/17 do Bacen, que determina a metodologia para a apuração do Patrimônio de Referência Simplificado.

	30/06/2024	31/12/2023
Total dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	21.372	13.987
Patrimônio Líquido de referência	8.812	6.354
Patrimônio Líquido de referência exigido	3.633	2.378
Margem sobre o Patrimônio Líquido de referência	5.179	3.977

vi) Análise de sensibilidade

Em 30 de junho de 2024 e 2023, a Companhia estava exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB).

Com a finalidade de verificar a sensibilidade desse indexador foram definidos três cenários diferentes: Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado a projeção do CDI para uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B).

A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	Saldos de 30/06/2024	Ganhos e/ou (perdas)		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	309.011	(1.530)	(6.427)	(10.712)
	CDI (queda) ¹	10,40% ao ano	9,90%	8,32%	6,93%
Transação	Risco	Saldos de 30/06/2023	Ganhos e/ou (perdas)		
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	212.725	(1.383)	(5.807)	(9.679)
	CDI (queda) ¹	13,65% ao ano	13,00%	10,92%	9,10%

(*) em relação ao saldo final do exercício/período.

18. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do semestre:

	30/06/2024	30/06/2023
Receita com títulos e valores mobiliários	15.223	7.872
Receita com tarifas de boletos	10.155	960
Receita Bruta	25.378	8.832
Deduções:		
Impostos	(2.207)	(254)
Receita líquida	23.171	8.578

- a) Os impostos sobre as receitas são compostos por Imposto Sobre Serviços (ISS), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Alíquotas:

Pis e Cofins sobre rendimentos financeiros 0,65% e 4%, respectivamente.

Pis e Cofins sobre cobrança de tarifas 1,65% e 7,6%, respectivamente.

ISS sobre cobrança de tarifas 5%.

19. DESPESAS POR NATUREZA

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de processamento de dados (a)	(1.753)	(1.790)
Outras despesas operacionais (b)	(10.705)	(1.630)
Despesas com pessoal	(1.825)	(1.373)
Outras despesas administrativas (c)	(4.974)	(640)
Despesas com consultoria e auditoria	(128)	(297)
Resultado custos e despesas	(19.385)	(5.730)
Demonstração do resultado do exercício		
Despesas de pessoal	(1.825)	(1.373)
Despesas gerais e administrativas	(6.854)	(2.727)
Outras despesas operacionais	(10.706)	(1.630)
Resultado custos e despesas	(19.385)	(5.730)

- a) **Despesa de processamento de dados:** São compostos por gastos com os sistemas de *backoffice* pelos serviços de manutenção, mensalidade, customização e suporte técnico.

- b) **Despesas operacionais:** São compostos por custos com emissão, processamento e liquidação boletos.

c) **Outras despesas administrativas:** São compostos por rateio de *coworking*, telefonia, reembolso a funcionários e associação de classe.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(103)	(208)
multas passivas	(31)	(48)
Prejuízos renda fixa - LFT	-	(37)
	<u>(134)</u>	<u>(293)</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos s/ aplicação financeira	78	89
	<u>78</u>	<u>89</u>
Resultado Financeiro	<u><u>(56)</u></u>	<u><u>(204)</u></u>

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes entre 30 de junho de 2024 até a data de aprovação da emissão desta demonstração financeira.

Carlos Henrique Cera
CEO

Caroline Olivi de Abreu Machado
Contadora
CRC: SP-264947/O-5